

Resumo do estudo lançado pela DG AGRI "Apoios para cooperativas Agrícolas"

A Comissão Europeia está empenhada em facilitar a reestruturação do sector agrícola, incentivando a criação de organizações voluntárias de produtores agrícolas. Assim, a DG Agricultura e Desenvolvimento Rural, lançou um amplo estudo, "Apoios para cooperativas Agrícolas", com os seguintes objetivos específicos:

1. Fornecer uma descrição compreensiva do nível atual de desenvolvimento das cooperativas na União Europeia, centrada nos seguintes linhas orientadoras (drivers) e restrições para o desenvolvimento das cooperativas):

- Incentivos ou desincentivos económicos e fiscais e outras medidas de apoio público a nível regional e nacional;
- Aspectos legais, incluindo os relacionados com a lei da concorrência e tributação;
- Aspectos históricos, culturais e sociologicamente relevantes;
- A relação entre as cooperativas e os outros atores da cadeia alimentar;
- Governança interna das cooperativas.

2. Identificar as leis e políticas que permitem ou restringem o desenvolvimento cooperativo.

3. Identificar as medidas específicas de apoio e iniciativas que provaram ser eficazes e eficientes para a promoção de cooperativas e outras formas de organizações de produtores do sector agrícola na União Europeia.

Para efeito do estudo a definição de cooperativas foi alargada a organizações de produtores, considerando definido como um "negócio cuja propriedade e controlo são do utilizador, cujos benefícios são derivados e distribuídos tendo por base o uso" (Dunn, 1988: 85).

Algumas conclusões

As cooperativas de agricultores desempenham um papel importante para ajudar os agricultores a capturar uma parcela maior do valor acrescentado na cadeia de abastecimento de alimentos em todos os Estados-Membros (embora existam diferenças por setores):

- Garantem melhor poder negocial dos seus membros, que beneficiam de economias de escala.
- Estão a reduzir os riscos de mercado, reduzindo os custos de transação, fornecendo acesso aos recursos e reforçando a sua posição competitiva através da inovação de produtos e garantia da qualidade e segurança alimentar.

- Um grande número de cooperativas expandiram suas atividades nas fases posteriores da cadeia alimentar, intensificaram os esforços em marketing (incluindo *branding*), inovação de produtos e customização.
- Quando uma grande quota de mercado, num país ou setor, se centra em cooperativas, geralmente aumenta o nível de preços e reduz a volatilidade dos preços (exemplo o setor de laticínios).
- As cooperativas são importantes para reduzir os riscos de mercado para os agricultores, nomeadamente o risco de cobrança das mercadorias entregues.

A necessidade de mais poder negocial provavelmente irá levar a mais fusões entre cooperativas, também induzidas pela procura de economias de escala, nomeadamente em I&D.

Um número elevado de cooperativas e organizações de produtores revelam insegurança jurídica, no que diz respeito à lei da concorrência e relatam elevados custos jurídicos. Aponta-se a falta de coerência entre a política agrícola que promove a agregação sob a Organização Comum de Mercado (OCM) e a política de concorrência que parece proibir a troca de informação e outras formas de colaboração. Alguns outros países da OCDE (por exemplo, EUA) têm mais — ainda que sob condições estritas — isenções para cooperativas relativamente à lei da concorrência para reequilibrar o poder de mercado.

As estruturas organizacionais das cooperativas, a composição do conselho e participação dos membros, afetam o desempenho das cooperativas. O direito de voto proporcional, a gestão profissional, a supervisão por pessoas de fora e seleção de diretores com base em conhecimentos ou representação do produto e não a origem regional, verifica-se que têm um efeito positivo no desempenho da cooperativa. Na maioria das leis nacionais a flexibilidade é suficiente para as cooperativas escolherem um modelo de governação interna, que se encaixa na estratégia da cooperativa, embora essa flexibilidade não seja sempre acompanhada da necessária orientação.

As ligações entre as cooperativas e desenvolvimento rural são múltiplas. As cooperativas são muitas vezes importantes empregadores e contribuintes para a economia regional, contribuem para objetivos de política pública, tais como o desenvolvimento do capital humano, a melhoria da competitividade e da sustentabilidade ambiental.

Muitas organizações de produtores seguem princípios cooperativos na sua estrutura e operações, mas não são as cooperativas definidas pela legislação cooperativa nacional. Várias cooperativas têm evoluído para formas híbridas, ou seja estruturas organizacionais semelhantes a empresas pertencentes a investidores, mantendo-se propriedade maioritária dos agricultores, mas em que uma ou mais organizações de agricultores estão entre os seus

membros. Além disso, estas cooperativas, podem ainda incorporar investidores fora do setor agrícola.

O estudo refere ainda 46 cooperativas transnacionais (cooperativas com membros em mais de um Estado-Membro, que operam sobretudo no setores de laticínios e frutas e vegetais no noroeste da Europa). A maioria das cooperativas preferem a criação ou aquisição de unidades subsidiárias noutros países do que optar pela fusão para internacionalizar, embora não existam barreiras dissuasivas legais para o fazer.

Mais de 300 medidas políticas europeias, nacionais e regionais foram identificados. Entre estas, destacam-se pela maior frequência, a legislação cooperativa, regras de concorrência e incentivos financeiros. Existem diferenças consideráveis entre os Estados-Membros, em termos de medidas políticas adotadas. Não há ligações claramente estabelecidas entre as medidas (atuais) de apoio às cooperativas de agricultores e a participação no mercado dessas organizações. Também noutros países da OCDE, é difícil encontrar uma relação inequívoca entre a legislação e a atuação cooperativa.

A capitalização das cooperativas é um grande constrangimento em algumas regiões, onde o capital de risco e outras formas de capital não estão facilmente disponíveis ou as cooperativas não as conseguem oferecer aos seus membros com os incentivos adequados. Porém, a capitalização não é a única ou mesmo a principal barreira para o desenvolvimento cooperativo. O modelo de negócios (falta de um fim lucrativo) é uma restrição muito mais vinculativa.

Muitas medidas de apoio poderiam beneficiar as cooperativas, particularmente uma lei cooperativa flexível, tributação única, e as regras de concorrência claramente definidas. Em alguns setores as organizações de produtores e cooperativas foram beneficiadas com o PAC e algumas das suas reformas (como no vinho e F & h).

O estudo recomenda que a nível nacional e da EU, se desenvolvam políticas e medidas para apoiar a capacitação e assistência técnica (organizacional), especialmente para pequenas cooperativas e em *start-up*.

(Fonte: “Sumário executivo” ver:

http://ec.europa.eu/agriculture/external-studies/2012/support-farmers-coop/exec_sum_en.pdf